

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA

Carmem Maria Caramês da Silva

**AS QUESTÕES DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE ANOS
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Santa Maria, RS
2018

Carmem Maria Caramês da Silva

**AS QUESTÕES DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia Licenciatura Plena, Área de Concentração em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Licenciado em Pedagogia Licenciatura Plena**.

ORIENTADORA: Prof.^a Márcia Eliane Leindcker da Paixão

Santa Maria, RS
2018

Carmem Maria Caramês da Silva

**AS QUESTÕES DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia Licenciatura Plena, Área de Concentração em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Licenciado em Pedagogia Licenciatura Plena**.

Aprovado em 20 de dezembro de 2018:

Márcia Eliane Leindcker da Paixão, Prof. Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Alice Copetti Dalmaso, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2018

A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo. Devemos promover a coragem onde há medo, promover o acordo onde existe conflito, e inspirar esperança onde há desespero.

(Nelson Mandela)

RESUMO

AS QUESTÕES DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

AUTORA: Carmem Maria Caramês da Silva

ORIENTADORA: Márcia Eliane Leindcker da Paixão

Este trabalho de conclusão é resultado de minhas inquietações sobre a temática de gênero apresentada nos livros didáticos dos Anos Iniciais. A partir da experiência no estágio supervisionado percebi que se fazia necessário um olhar mais aprofundado sobre o tema. Então, a partir da pergunta “De que forma as questões de gênero são abordadas nos livros didáticos dos Anos Iniciais?” foram feitas as análises nos livros didáticos dos Anos Iniciais. Para a realização desta pesquisa, as leituras que deram embasamento teórico, para dar melhor entendimento sobre o conceito das questões de gênero, foram as autoras Guacira Louro (1997) e Joan Scott (1995), além de documentos legais da área da educação. O foco de análise da pesquisa foram as questões de gênero apresentadas nos livros didáticos e que, como nos apresenta a teoria feminista, constroem conceitos e práticas sociais na vida em sociedade. A pesquisa será bibliográfica e a análise se deu a partir dos livros “Fazendo e Compreendendo Matemática”, de terceiro ano, e “Pequenos Exploradores”, volume único. Através deste estudo foi possível verificar que as questões de gênero se fizeram presentes nos livros didáticos analisados e que estas questões podem influenciar nas opiniões, atitudes e comportamentos das crianças ao longo de sua vida escolar e, possivelmente, durante todo o resto da sua vida. Percebeu-se, nas análises, que a influência é majoritariamente discriminatória e aparece de uma forma direta, mas subliminar. Dessa forma, os conceitos de gênero (lugar, papéis, profissões, etc) são ensinados subliminarmente e, com isso, criam-se ideias e práticas que, no futuro, podem se transformar em intolerância e falta de respeito com o próximo devido ao fato de ser apenas alguém diferente. Nesse sentido, a pesquisa aponta para a necessidade de revisão de gênero nos livros didáticos.

Palavras-chave: Livros didáticos. Gênero. Educação.

ABSTRACT

GENDER ISSUES IN EARLY YEARS TEXTBOOKS

AUTHOR: Carmem Maria Caramês da Silva

ADVISOR: Márcia Eliane Leindcker da Paixão

This work of is the result of my concerns regarding gender themes presented in the early years textbooks. From the experience in the supervised work I performed I realized that a deeper look at the subject was necessary. So, from the question “How are gender issues addressed in the textbooks of the Early Years?” analysis were made in the early years textbooks. In order to provide a better understanding of the concept of gender issues, Guacira Louro (1997) and Joan Scott (1995) were used as references, as well as legal documents in the area of education. The focus of research analysis was the gender issues presented in textbooks and, as the feminist theory presents us, how they construct social concepts and practices in life in society. The research will be bibliographical and the analysis was based on the books referenced in the bibliography. Through this study it was possible to verify that gender issues were present in the textbooks analyzed and that these issues can influence the opinions, attitudes and behaviors of children throughout their school life and possibly throughout the rest of their lives. In the analysis, it was noticed that the influence is mostly discriminatory and appears in a direct but subliminal way. With this, gender concepts (place, roles, professions, etc.) are taught subliminally and, as such, they create ideas and practices that in the future can turn into intolerance and lack of respect for others just for being different. In this sense, the research points to the need for gender themes revision in textbooks.

Keywords: Textbooks. Gender. Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1 – Livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”, terceiro ano.	17
Figura 3.2 – Livro “Pequenos Exploradores”, volume único.	18
Figura 3.3 – Página 17 do livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”	19
Figura 3.4 – Trecho da página 19 do livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”	19
Figura 3.5 – Trecho da página 19 do livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”	20
Figura 3.6 – Página 63 do livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”	20
Figura 3.7 – Página 20 do livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”	21
Figura 3.8 – Página 103 do livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”	21
Figura 3.9 – Página 25 do livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”	22
Figura 3.10 – Página 121 do livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”	22
Figura 3.11 – Página 100 do livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”	23
Figura 3.12 – Página 14 do livro “Pequenos Exploradores”	23
Figura 3.13 – Página 133 do livro “Pequenos Exploradores”	23
Figura 3.14 – Página 140 do livro “Pequenos Exploradores”	24
Figura 3.15 – Página 132 do livro “Pequenos Exploradores”	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<i>BNCC</i>	Base Nacional Comum Curricular
<i>PCN</i>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<i>PNBE</i>	Programa Nacional Biblioteca da Escola
<i>PNLD</i>	Programa Nacional do Livro Didático

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	FALANDO EM GÊNERO	10
2.1	CONCEITO	10
2.2	RELACIONANDO AS QUESTÕES DE GÊNERO COM A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	13
3	OS LIVROS DIDÁTICOS E A PERSPECTIVA DE GÊNERO	16
3.1	PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO	16
3.2	AS QUESTÕES DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS.....	17
4	UMA EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA	25
4.1	ESCOLA SEXISTA	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é de cunho bibliográfico, onde foram utilizados livros didáticos dos anos iniciais para observar o tema. A partir da pergunta “De que forma as questões de gênero são abordadas nos livros didáticos dos Anos Iniciais?” e fazer as devidas observações nos livros, pude perceber que o tema é amplo e apresenta muitas outras temáticas que não poderei aprofundar nessa pesquisa. Temas como orientação sexual e identidade de gênero não foram abordados nesse trabalho, pois não fazem parte da proposta da pesquisa

Para a realização desta pesquisa, as leituras que deram embasamento teórico, para dar melhor entendimento sobre as questões de gênero, foram das autoras Guacira Louro (1997 e 2002) e Joan Scott (1995), além da análise da BNCC, nas competências que se referem à diversidade.

A pesquisa é de cunho bibliográfico e o trabalho se encontra dividido em quatro partes, que são elas: capítulo um Falando em gênero. Aqui conceituo gênero, e estabeleço relação com a Base Nacional Comum Curricular.

No capítulo dois, intitulado “Os livros didáticos e a perspectiva de gênero”, faço uma análise sobre as imagens contidas nos livros para ilustrar os temas específicos de cada área do conhecimento. A partir das imagens, que retratam as questões de gênero, estabeleço um diálogo com o conceito de gênero e aponto os aspectos que podem construir uma abordagem social que desemboca nas desigualdades de gênero já a partir da escola.

No terceiro capítulo, intitulado “Uma educação não sexista”, apresento a ideia de se repensar o espaço escolar para que não seja sexista, fazendo distinções de gênero durante seu dia a dia e relaciono essas questões com as imagens analisadas nos livros didáticos e as teorias apresentadas pelas autoras.

No último capítulo, apresento as considerações finais a respeito da pesquisa. e a necessidade de uma revisão nos livros didáticos a partir da perspectiva da igualdade de gênero. Sabe-se que uma proposta assim encontra resistências no campo educativo, mas é fundamental que as crianças aprendam desde cedo a respeitar as diferenças, as pluralidades em todos os níveis para que, na vida adulta sejam pessoas justas e democráticas.

2 FALANDO EM GÊNERO

Nesse capítulo falarei a respeito do conceito de gênero, mesmo sabendo que sua conceituação não tem um consenso entre o movimento feminista. Na sequência, farei um diálogo com a nova Base Nacional Comum Curricular.

2.1 CONCEITO

Se procurarmos em dicionários, alguns trazem conceitos sobre gênero. O dicionário Aurélio nos diz que é um conjunto de propriedades atribuídas social e culturalmente em relação ao sexo dos indivíduos (FERREIRA, 2010). Para o dicionário online de português, gênero é a diferença entre homens e mulheres que, construída socialmente, pode variar segundo a cultura, determinando o papel social atribuído ao homem e à mulher e às suas identidades sexuais (DICIO... , 2018). Para o dicionário Infopédia de Português, gênero é uma categoria resultante da diferenciação sociocultural e não exclusivamente biológica, entre homens e mulheres, que varia a cultura e que influencia o estatuto, o papel social e a identidade sexual de cada indivíduo no seio da comum idade em que se insere (DICIONARIO... , 2018). O que nos diz os dicionários é que gênero é uma construção social, é um “pacote” de gostos, roupas, expectativas, atitudes, opiniões, posturas, que são impostos pela sociedade desde o momento do seu nascimento, de acordo com o seu sexo biológico e que influencia os aspectos sociais. Se você é uma menina, irão te vestir de rosa e provavelmente ensinarão que é necessário ter bons modos, precisa aprender a cozinhar, cuidar da casa e talvez aprender ballet. Se você for menino, te vestirão de azul e, provavelmente, te ensinarão a ser expansivo, dinâmico, que tens que aprender a jogar futebol e podes fazer o que quiser. Deve ser forte, não demonstrar sentimentos e pode conquistar as mulheres. A partir desses conceitos, as pessoas começam a viver em “caixinhas” de homem e mulher, e passam a reproduzir esses ensinamentos no dia a dia. Dessa forma, a opressão e hierarquia entre os sexos se instala.

As questões de gênero vêm sendo discutidas e problematizadas desde muitos séculos atrás, com o auxílio de várias escritoras, como por exemplo, a filósofa Simone de Beauvoir, que escreveu o livro “O Segundo Sexo”, em 1949. A famosa frase “não se nasce mulher, torna-se mulher” foi uma ideia libertadora, pois as mulheres podem construir suas identidades e ser autônomas quando se tornam independentes (COLLING, 2004). Ao se tornarem donas de si, as mulheres deixam de ser o segundo sexo, subalternas ao homem. Isso não acontece do dia para a noite, pois as construções históricas e sociais empurram as mulheres para o lugar da dependência, da

subalternidade.

Na sociedade, aprendemos que gênero serve para denominar o que são machos e fêmeas a partir da concepção biológica. Os nossos avós aprenderam que a mulher deveria ser a esposa que cuida da casa e da família, deixa tudo organizado para esperar o seu marido que chega em casa no final do dia para trazer o sustento. Essa percepção vem durando há muitos anos e ainda é realidade em nossa sociedade, onde em muitos casos acredita-se que essa é a única forma de se ter uma família, que só o homem pode ser o “chefe” e colocar comida na mesa. As mulheres não trabalhavam fora pois os seus maridos não deixavam. Com isso, ficaram totalmente dependentes de seus maridos.

Os estudos sobre gênero foram preconizados pelos estudos sobre a história das mulheres, porém da forma como estava sendo realizado não correspondeu de maneira satisfatória na medida que abordava as mulheres de forma estagnada, ou seja, separada da história masculina. Assim, a formulação apresentada por Joan Scott foi fundamental na consolidação do estudo ao perceber gênero como uma construção social. No campo das ciências, os Estudos Feministas apresentaram essa temática e promoveram pesquisas na área para entender o fenômeno da opressão das mulheres.

Joan Scott, historiadora americana, foi uma das primeiras a pontuar o conceito de gênero e contribuiu para o entendimento do tema. Ela diz que:

Por gênero me refiro ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como os rituais, e tudo o que constitui as relações sociais. (...). Segue então, que gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é causa originária da qual a organização social poderia derivar: ele é antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos. (SCOTT, 1995, p. 15)

E ainda complementa:

Examinar gênero concretamente, contextualmente e de considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo. Esta é ao mesmo tempo uma postura familiar e nova de pensar sobre a história. Pois questiona a confiabilidade de termos que foram tomados como auto-evidentes. A história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidades foram construídos. (SCOTT, 1995, p. 19)

A cultura patriarcal ensina desde muito cedo (em casa e depois na escola) que mulher nasceu para ser submissa ao homem. A escola, na maioria das vezes, também ensina de forma patriarcal quando fazem discriminação sexista já a partir dos brinquedos e brincadeiras. A criança é livre para brincar do que ela quiser, como ela quiser e da forma que ela se sentir mais à vontade. A escola tem o dever de não incentivar a discriminação e os preconceitos em relação as relações de gênero.

Temos ainda, mais especificamente, a discriminação da mulher que pressupõe romper um processo histórico permeado por discursos que naturalizam a condição da mulher como inferior, como um ser menos capaz em relação ao homem. Para Guacira Louro (LOURO, 1997), não são as características sexuais que distinguem o que é masculino ou feminino, mas sim o que se cria em torno dessa questão.

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico (LOURO, 1997).

Para a autora Joan Scott:

Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, ou seja, é a construção social que cada cultura estabelece ou elege em relação a homens e a mulheres. (SCOTT, 1995, p. 13)

Para Guacira Louro, gênero refere-se “ao modo como as diferenças sexuais são compreendidas numa dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto” (LOURO, 1997, p. 77). Isso quer dizer que não é propriamente a diferença sexual de homens e mulheres que delimita as questões de gênero, e sim as maneiras como ela é representada na cultura através do modo de falar, pensar ou agir sobre o assunto.

Assim, é possível compreender que os conceitos de Homem e Mulher são construídos nas relações de poder e tomados como naturais. Tudo isso influencia no nosso modo de viver e em nossa identidade, segundo a autora Louro:

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. (LOURO, 1997, p. 18)

Referência importante nos estudos sobre as questões de gênero, Joan Scott apresenta alguns dos problemas mais comuns referentes ao uso e compreensão desse conceito:

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava - se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado. (SCOTT, 1995, p. 72)

Podemos dizer ainda que gênero é uma forma de indicar construções culturais, ou seja, é a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados de homens e mulheres. Gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995).

2.2 RELACIONANDO AS QUESTÕES DE GÊNERO COM A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Após conceituar gênero de uma maneira geral, o diálogo segue com o que diz a Base Nacional Comum Curricular, homologada em dezembro de 2017, no aspecto de gênero.

De acordo com a pesquisa de Claudia Pereira Vianna (PEREIRA, 2000), em uma escola de São Luiz no Maranhão, para verificar a questão de gênero nas políticas públicas da educação, desde a LDB de 1996, PNE 2001 e os Parâmetros Curriculares Nacionais, essas questões não estão sendo devidamente trabalhadas em sala de aula. Nesses documentos até constam algumas ressalvas sobre o tema gênero, mas sempre puxando para o masculino na forma escrita e de como se refere aos alunos, professores, técnicos administrativos. Na constituição federal de 1988, não existe nenhuma referência a palavra gênero, o que se deve ao contexto da época. Naquele momento, o conceito de gênero ainda não era tão comum entre as mulheres dos movimentos populares muito menos aos políticos do congresso. Até mesmo entre as feministas daquela época, a distinção entre gênero e sexo estava sendo criada. Para observar algum avanço nessas questões, é preciso ler nas entrelinhas das leis, como é o caso do direito da educação das crianças pequenas, para além do cuidado e da assistência.

Ainda podemos dizer que os PCN apresentam um pequeno avanço significativo em relação a adoção da perspectiva de gênero. O tema é conceituado e definido na introdução e no tópico inicial de Orientação Sexual. Não deveria ser apenas tratado nesse tópico, mas sim em todas as áreas de conhecimento, pois corre o risco de as escolas banirem de seus currículos e, por fim, não ser trabalhado em momento algum.

Em dezembro de 2017 foi homologada a nova Base Nacional Comum Curricular. No início era para servir como um documento norteador, estabelecendo os objetivos de aprendizagens de todos os estudantes da educação básica no Brasil. Para isso, não deveria apenas passar por órgãos do legislativo e executivo federal, mas ser constituído de forma participativa, por escolas, universidades e cidadãos comuns, que tenham contato com a vida na escola.

A BNCC recebeu críticas (Maria Amábile Mansutti, coordenadora técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e Fábio Meirelles, coordenador-geral de Direitos Humanos do MEC entre 2011 e 2015) quanto à forma de sua construção, e um dos pontos que mais causou polêmica foi a questão da diversidade. Usaram a justificativa que tal tema provocou muita controvérsia, tanto na tramitação do PNE quanto na BNCC, o Ministério da Educação achou por bem suprimir os termos gênero e orientação sexual da versão final do texto. O que educadores e educadoras do país entenderam é que os conceitos “gênero” e “orientação sexual” não estão explícitos na base, não podendo trabalhar essas questões em sala de aula.

Para os favoráveis à inclusão do tema gênero na escola, afirmam que é importantíssimo o combate ao preconceito, para uma educação que vise o respeito aos direitos humanos e para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. Para os contrários, trabalhar esse tema causaria uma crise de identidade, podendo afetar as famílias tradicionais e a integridade e a moral dos jovens.

No plano estadual de Educação, a maioria dos estados aprovou alguma referência à igualdade de gênero. Dos 25 estados onde foram aprovados, 13 fazem menções ao tema. Apenas Minas Gerais e Espírito Santo ainda não aprovaram os planos estaduais de educação. O Rio Grande do Sul aprovou seu plano estadual de educação e nele constam menções à igualdade de gênero.

Para especialistas no assunto, essa mudança coloca em xeque a formação acadêmica no que diz respeito à diversidade e a concepção de escola como um espaço democrático de conhecimento e discussão. Esses temas precisam adentrar na escola porque fazem parte da sociedade e como pode uma escola, sem pluralismo, formar cidadãos e cidadãs críticos e participativos?

Tudo isso se deve a grande pressão conservadora da sociedade, que fez uma espécie de perseguição para vetar esses debates nas escolas. Em outros documentos, como, por exemplo, os planos estaduais e municipais de educação essas enti-

dades obtiveram êxito para vetar as questões de gênero.

O que podemos ver, então é que as escolas, por pressão da sociedade, não poderão ensinar questões de gênero e orientações sexuais na sala de aula. Mas, podemos ver ainda o que a BNCC nos diz sobre a diversidade em três competências específicas:

- Autoconhecimento e autocuidado: Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas e com a pressão do grupo.
- Empatia e cooperação: Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer.
- Responsabilidade e cidadania: Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base nos conhecimentos construídos na escola, segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Com essas competências, temos uma brecha na base comum curricular para podermos trabalhar as questões de gênero em sala de aula, sempre visando que devemos respeitar a forma como as pessoas são, suas orientações sexuais, sua religião, sua etnia, a sua forma de ver o mundo.

Guacira Louro defende que:

Devemos examinar formas possivelmente efetivas de intervir nos atuais arranjos das relações de gênero e sexuais (especialmente no espaço escolar) de modo a buscar a maior igualdade entre os sujeitos. (LOURO, 1997, p. 122, 123)

E ainda faz a seguinte pergunta: “quais as providências ou as atitudes mais adequadas para promover uma educação não discriminatória (ou, no mínimo, uma educação menos discriminatória)?” (LOURO, 1997, p. 126)

As escolas, mesmo não tendo embasamento teórico na BNCC, teriam que achar meios de trabalhar as questões de gênero em sala de aula, seja através de filmes, de discussões, das brincadeiras e atividades físicas. Dessa forma, conseguiriam desfazer o preconceito que existe em muitos alunos, enfatizando que somos todos iguais e que temos os mesmos direitos de ir e vir, e que devemos respeitar as pessoas da forma como elas são. Pois a escola tem meios de trabalhar essas questões e conscientizar seus alunos sobre a igualdade de gênero entre todos.

3 OS LIVROS DIDÁTICOS E A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Nesse capítulo irei analisar livros didáticos de diferentes disciplinas e séries, para ver se os conceitos de gênero estão presentes e de que forma eles se apresentam. Se realmente são questões de gênero ou se só podemos supor essas teorias.

3.1 PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

No Brasil, a distribuição dos livros didáticos aos estudantes da educação básica ocorre por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), direcionado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). A escolha do manual escolar pelo docente, no entanto, ainda está restrita ao repertório que compõe o Guia de Livro Didático, que se constitui de resenhas das coleções consideradas aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC), e o docente tem que escolher entre os títulos dos livros disponíveis no Guia, aqueles que melhor atendem ao projeto político pedagógico da escola, no sistema em vigor no Brasil desde 1996.

Os Programas do Livro compreendem as ações de dois programas: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), por meio dos quais o governo federal provê as escolas de educação básica pública com obras didáticas, pedagógicas e literárias, bem como com outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita.

As ações dos programas de material didático destinam-se a alunas e alunose das escolas de educação básica pública, incluindo estudantes de educação de jovens e adultos.

Todas as escolas cadastradas no censo escolar são beneficiadas com o PNBE. Para participar do PNLD, os dirigentes das redes de ensino municipal, estadual, distrital e das escolas federais encaminham termo de adesão manifestando seu interesse em receber os materiais do programa e comprometendo-se a executar as ações do programa conforme a legislação.

Para a pesquisa utilizei um livro de matemática do terceiro ano, intitulado Fazendo e Compreendendo, das autoras Lucília Bechara Sanches e Manhúcia Perelberg Liberman e o livro Pequenos Exploradores, de geografia, história, arte e cultura, sendo um volume único para quartos e quintos anos dos anos iniciais, de autoria de Igor Moreira e Ricardo Fitz. Ambos os livros foram aprovados pelo MEC para o Programa Nacional do Livro Didático para os exercícios dos anos 2016, 2017 e 2018.

O livro na qual encontrei mais questões e imagens referenciandoas questões de gênero foi o livro de matemática do terceiro ano, intitulado “Fazendo e compreen-

dendo”, mostrado na imagem 3.1.

Figura 3.1 – Livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”, terceiro ano.



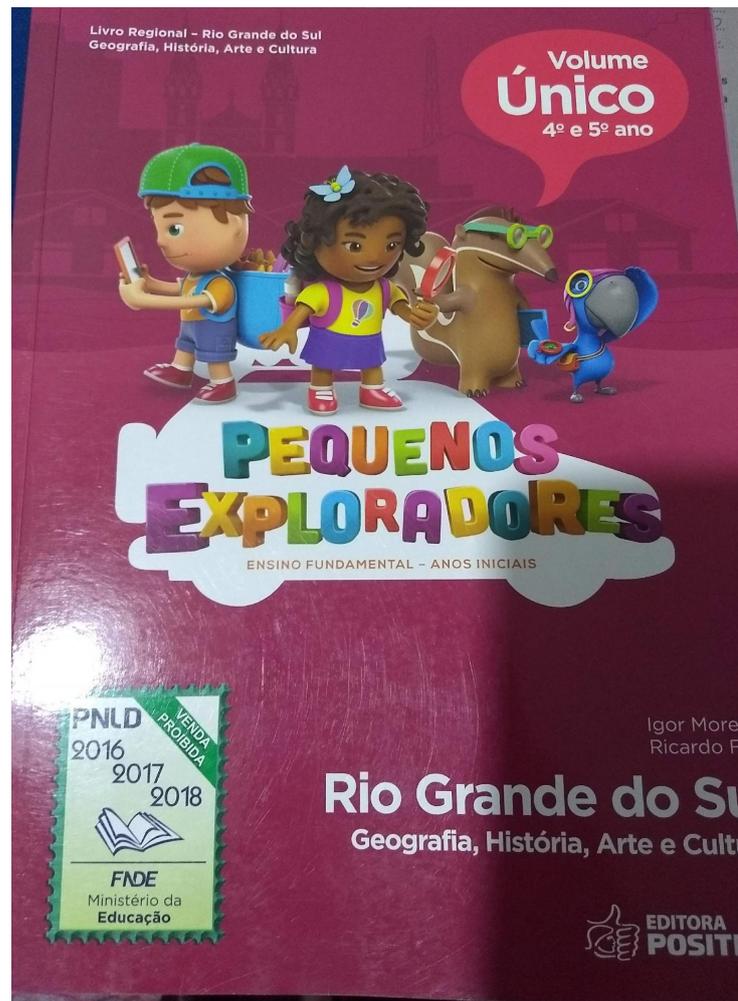
No volume único do quarto e quinto ano do livro de história mostrado na imagem 3.2, que foi escrito pelos autores Igor Moreira e Ricardo Fitz, encontrei questões bastante curiosas pelo fato dos autores serem do sexo masculino.

3.2 AS QUESTÕES DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS

A seguir teremos imagens que exemplificarão as questões nas quais acredito que tenham uma visão de gênero que podemos discorrer. Começaremos pelas imagens relacionadas que haviam no livro de matemática:

A imagem 3.3 estava na página 17 e o que me chamou a atenção foi a ordem de quem pula primeiro na piscina. Em outras imagens que tem no livro também notei que quem está na frente são meninos. Por quê? Não poderia ser uma fila mista? Será que essa imagem induz às questões de gênero nos Anos Iniciais de uma forma sutil, subliminar? Além disso as meninas já estão de maiô, dando a entender que

Figura 3.2 – Livro “Pequenos Exploradores”, volume único.



devem esconder o corpo desde cedo, e há mais meninos do que meninas na imagem. Teremos mais imagens para fazermos uma análise do contexto.

Na figura 3.4 é mostrada uma atividade de corrida de saco e novamente os meninos estão representados no início da atividade. E a pergunta que eu faço é: por quê? Será que eles são mais rápidos que as meninas? Por serem homens tem mais facilidade com essa atividade? Ou será que estão tentando nos dizer novamente que por serem homens são mais fortes e por isso tendem a concluir atividades antes que as meninas?

Na imagem 3.5, um recorte de uma lista de aprovados em um concurso público. E quem vem primeiro? Meninos. É só um recorte, mas porque não poderia ser de uma forma em que uma menina ao menos viesse antes que um menino? Que efeitos isso pode ter nas crianças que estão lendo a atividade? Que rapazes são mais inteligentes que garotas e por isso tem melhor classificação em concursos? Ou são só imagens mesmo para ilustrar a atividade proposta?

Na imagem 3.6, temos três crianças que irão participar de uma oficina. E a ordem da fila é a mesma que na 3.3, meninos na frente e uma menina por último. Será

Figura 3.3 – Página 17 do livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”

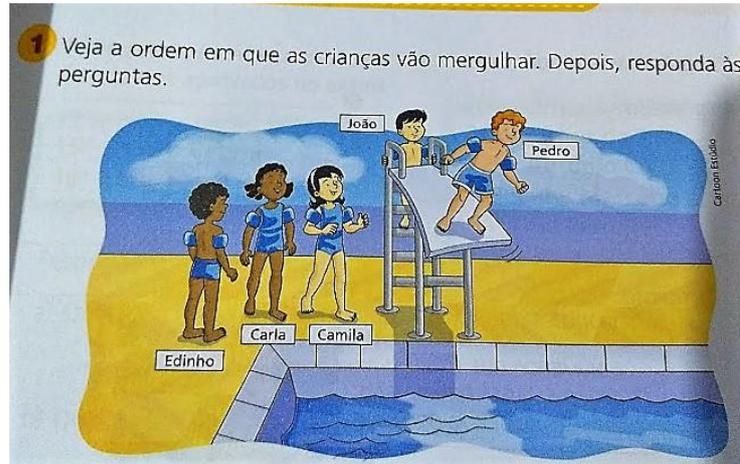
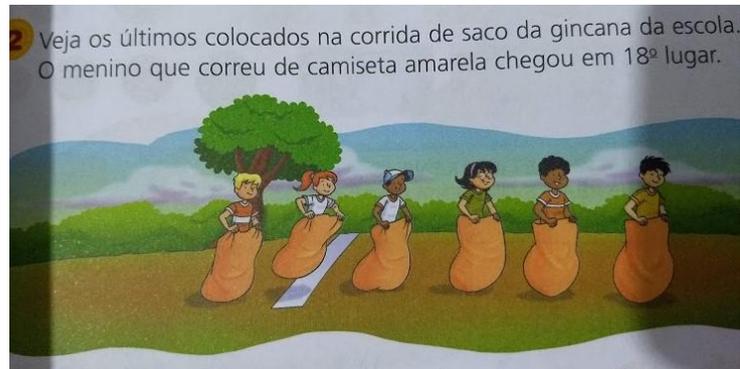


Figura 3.4 – Trecho da página 19 do livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”



que é coincidência todas essas imagens terem a mesma formação ou realmente para as autoras, os meninos sempre estão à frente das meninas? Há um aspecto positivo nessa imagem, porém: os meninos estão indo participar de uma oficina de artesanato e pintura, uma representação não usual visto que a área artística é geralmente voltada a meninas.

Devemos refletir sobre essas questões, onde o homem sempre está à frente das mulheres, pois isso deixa muito claro para as crianças a posição que a mulher tem em relação ao homem na sociedade. Pois, é a partir dessas imagens que as crianças começam a perceber a subordinação das mulheres, que as mulheres são submissas ou inferiores em relação aos homens. E assim começam a ter uma visão discriminatória das questões de gênero, acreditando que mulheres são sim inferiores e submissas aos homens.

Na imagem 3.7 temos vários modelos de notas de dinheiro e quem está explicando o que é para ser feito é um menino. Na imagem 3.8 novamente temos um menino explicando o que é para ser feito para a menina. Será que só os homens são capazes de fazer a parte intelectual das coisas e as meninas apenas as coisas práticas? Temos esses mesmo exemplo na figura 3.9.

Figura 3.5 – Trecho da página 19 do livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”

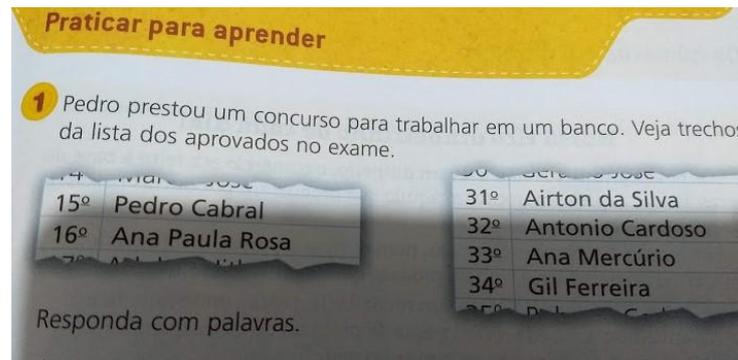
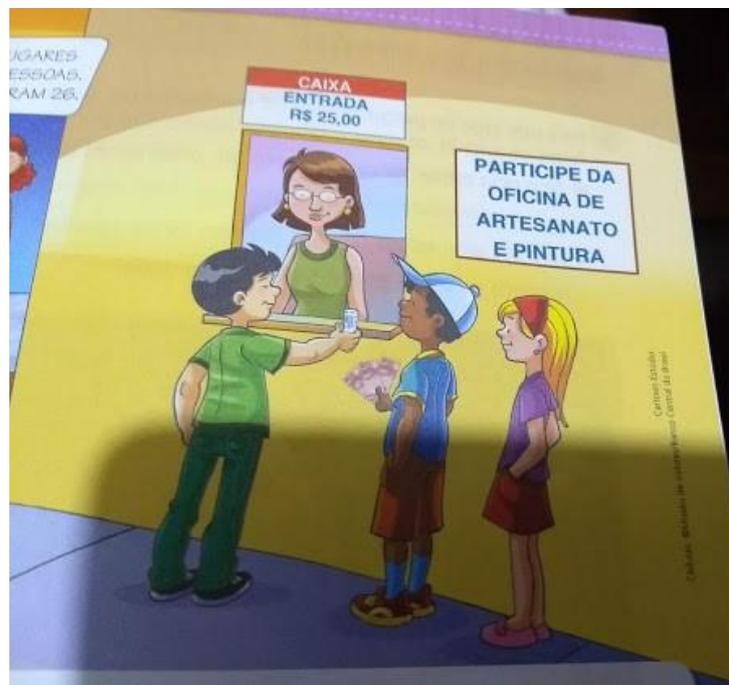


Figura 3.6 – Página 63 do livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”



Na imagem 3.10 temos uma situação diferente. No início da página, temos o título: “A ideia de possibilidade” onde na questão seguinte comenta-se sobre a possibilidade de um espetáculo e as alunas tem muitas opções de vestimentas para escolher. O que me chamou atenção aqui foi o fato de só terem meninas bailarinas. Será que meninos não fazem balé? Será que é uma turma exclusiva de bailarinas e por isso não possui nenhum bailarino? Temos que pensar se nessa imagem o que acontece não é o contrário, a exclusão de meninos na participação de uma atividade que tradicionalmente se diz feminina. Se queremos a igualdade de gênero, devemos incluir meninos nas atividades que seriam só de meninas.

Durante todo o livro, as imagens que se referem à professores era de uma mulher, a única imagem que tinha homens que eram professores foi a figura 3.11, que seria uma aula de educação física. E outra coisa que notei foi o fato de só meninos estarem fazendo as atividades físicas, as meninas estão lendo uma placa.

Figura 3.7 – Página 20 do livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”

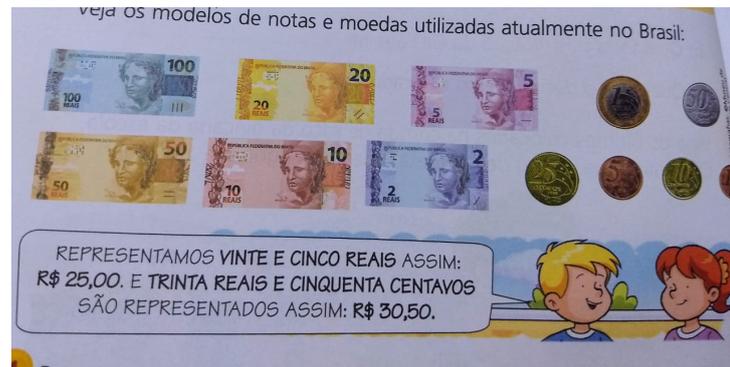


Figura 3.8 – Página 103 do livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”



Para começar os trabalhos no livro “Pequenos Exploradores”, contam um pedacinho da história da humanidade, sempre representada por homens. Eu sei que a palavra “homem” se refere a humanidade toda, mas será que nesse tempo não existiam mulheres para caçar, andar a cavalo ou de carroça? Só os homens eram capazes de fazer essas coisas? Hoje em dia, ainda usamos a palavra “homem” para representar a humanidade, mas poderíamos usar as mulheres para representar também, é tudo uma questão de linguagem, de representação, pois as mulheres também fazem parte da humanidade e poderiam ser utilizadas nas imagens tanto quanto os homens, como por exemplo na imagem 3.12.

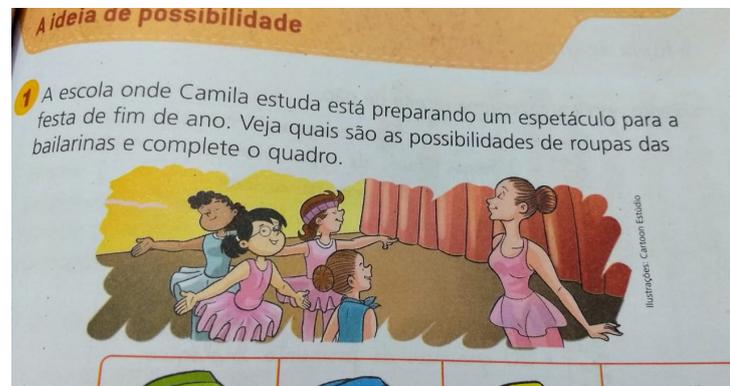
O livro de história foi escrito por dois professores e o que notei, em quase todo o livro, foi o fato das referências serem quase só masculinas, mesmo quando falava em professor: “fale com o seu professor” e na imagem que temos representando a diversidade espacial, ou seja, os tipos de trabalhos que temos aqui no Sul, as figuras são representadas só por homens, mesmo o mundo tendo evoluído e terem mulheres que façam essas atividades. Isso pode ser verificado nas imagens 3.13, 3.14 e 3.15.

No livro anterior, o que eu noto é figuras tradicionais, que a sociedade diz que

Figura 3.9 – Página 25 do livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”



Figura 3.10 – Página 121 do livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”



é correto, na imagem das bailarinas, por exemplo, por que não tem meninos, se o balé foi criado por homens do século XVI e as suas principais coreografias foram criadas por Pierre Beauchamps, professor de dança (Redação Mundo Estranho, 2018). Outra questão, por que nesse mesmo livro os homens só podem ser professores de educação física, mesmo sabendo-se que muitas mulheres são professoras também dessa disciplina? E por que só os meninos é que dão explicações e as meninas só ouvem e pensam? É verdade que na área da Pedagogia, a maior parte do público é feminino, mas temos muitos homens que se formam e dão aula nos anos iniciais, principalmente.

Penso que todas essas imagens podem induzir as crianças a terem um determinado pensamento, que tal atividade é para meninas, essa outra atividade é para meninos. Podemos com elas, estar criando estereótipos, mentes poluídas e cheias de preconceitos, com pensamentos inclusive de ódio, repúdio a quem possa querer ser diferente e fazer coisas que são de meninas mesmo sendo um menino ou vice-versa.

Mesmo que o tema seja específico, as construções de gênero estão presentes nos livros didáticos e constrói o conceito de lugar, profissão, capacidade desiguais para homens e mulheres. Os estudos de gênero são um bom instrumento para as análises dos livros didáticos.

Figura 3.11 – Página 100 do livro “Fazendo e Compreendendo Matemática”



Figura 3.12 – Página 14 do livro “Pequenos Exploradores”

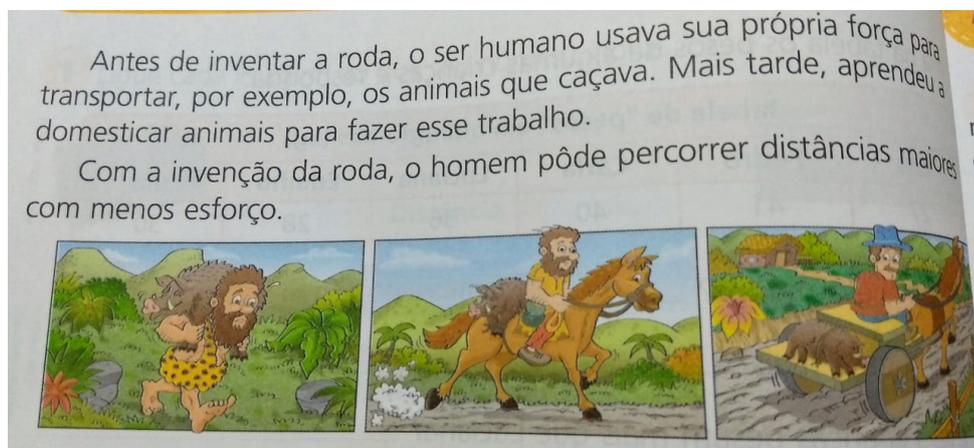


Figura 3.13 – Página 133 do livro “Pequenos Exploradores”

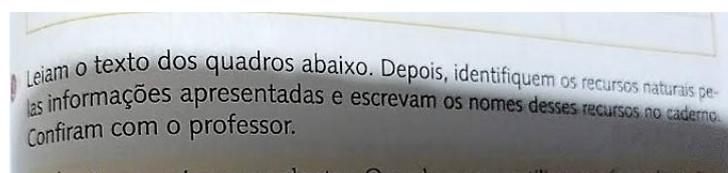
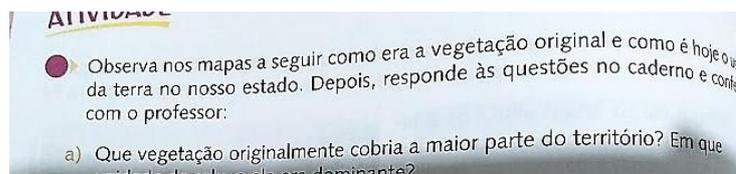


Figura 3.14 – Página 140 do livro “Pequenos Exploradores”



Figura 3.15 – Página 132 do livro “Pequenos Exploradores”



4 UMA EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA

Nesse capítulo, a ênfase é pensar na escola não sexista como possibilidade da construção da igualdade de gênero desde a infância.

4.1 ESCOLA SEXISTA

Sexismo é uma palavra que foi sistematizada pelo movimento feminista contemporâneo. Significa discriminação entre os gêneros; hierarquia entre os papéis sociais de mulheres e homens; preconceito entre os sexos.

A partir desse conceito, podemos pensar se o mesmo está presente nos contextos escolares. Mas o que seria uma escola sexista? Onde está a discriminação e o preconceito num espaço dito como democrático? Ao observar o cotidiano escolar no período do estágio, notei que o sexismo aparece quando as escolas separam as crianças por gênero, ou na hora da fila ter duas filas: as das meninas e a dos meninos, ou na hora da educação física ter atividades somente para meninos, por exemplo o futebol e vôlei somente para meninas. Dizer que a cor tal é para meninas e a cor tal é para meninos, que boneca é para meninas, fantasias é para as meninas, balé é para meninas. Isso tudo se encaixa naquilo que o conceito de sexismo apresenta. É construído simbolicamente e sutilmente no seio da escola como sendo algo “natural”. Então, se isso é dito na escola, nos livros didáticos e não suspeitamos da exclusão presente nessas naturalizações, vamos automaticamente, como professoras e escola, reproduzindo estas práticas com as crianças. A partir das questões analisadas dos livros didáticos, podemos dizer que ainda temos um ensino sexista, que, muitas vezes não está só nos livros mas também no nosso cotidiano. A linguagem é um exemplo. Utilizamos termos masculinos para “incluir” as mulheres, pois, afinal, a língua portuguesa é masculina. Por exemplo, falamos em professor, os professores, para designar as mulheres e homens. Poucas vezes utiliza-se a linguagem inclusiva nas escolas para designar as mulheres e homens, usando, por exemplo, professoras e professores.

O que vimos nos conceitos sobre gênero é que através do nosso cotidiano, seja com a família, seja na escola, os preconceitos e desigualdades de gênero são muito usados e disseminados, principalmente na escola pelo o que podemos observar com a análise dos livros didáticos. Se docentes não começarem a ter um olhar mais crítico sobre a escolha dos livros didáticos e seus conteúdos, poderemos ter a reprodução da desigualdade de gênero se perpetuando de uma forma “natural”.

Esse pensamento sexista é reproduzido através da escola, pois os livros didá-

ticos enfatizam o sexismo nos exemplos contidos nos livros. E desde muito cedo, a partir da educação infantil, já temos crianças com esses pensamentos sexistas, pois esses conceitos estão presentes na sociedade patriarcal, que domina e explora as mulheres, e são ensinados em todos os lugares.

Na turma em que fiz o meu estágio, era uma turma mista, com crianças de dois a quatro anos, as vezes uma das meninas dizia para os coleguinhos meninos que tal brincadeira era “coisa de menina” ou que tal cor era de “menina”. Essa menina específica, já tinha idade de quatro anos, os outros eram menores e penso que talvez não tivessem esse tipo de conversa em casa e ela tinha, por isso da observação. Nessa turma, tirando essa aluna que as vezes comentava alguma coisa, as demais crianças não tinham problema em brincar de carrinho, de panelinhas. Pelo contrário, adoravam brincar de tudo, principalmente de panelinhas, tanto os meninos quanto as meninas. E quando tinha esse tipo de comentário, eu procurava dizer que podemos brincar de tudo o que quisermos, não existe coisas de meninos ou só de meninas (FINCO, 2003).

A igualdade de gênero é pautada desde 1979 quando a ONU (Organização das Nações Unidas) criou a Resolução 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 18 de dezembro de 1979. Essa resolução só foi aprovada no Brasil em fevereiro de 1984, e nela há uma luta pela igualdade entre homens e mulheres. No artigo 10º da Resolução, nos incisos 1 e 4, deixa claro o papel do Estado:

Os Estados Membros adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher, a fim de assegurar-lhe a igualdade de direitos com o homem na esfera da educação e em particular para assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres; a eliminação de todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e em todas as formas de ensino, mediante o estímulo à educação mista e a outros tipos de educação que contribuam para alcançar este objetivo e, em particular, mediante a modificação dos livros e programas escolares e adaptação dos métodos de ensino. (Assembléia Geral das Nações Unidas, 1979, art. 10)

Desde pequenos tanto meninos como meninas são incentivados a pensar que há uma hierarquia entre meninas e meninos, e a partir daí, a ideia de uma educação sexista ganha fôlego. Segundo Louro (LOURO, 1997, p. 89): “O que fica evidente ainda, sem dúvida, é que a escola é atravessada pelos gêneros; é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino”.

Louro ainda complementa:

A escola não trata de qualquer conhecimento, ela lida, como afirma Jean Claude Forquin (1993, p. 11), com alguns aspectos da cultura que foram selecionados por serem reconhecidos

como podendo ou devendo dar lugar a uma transmissão deliberada e mais ou menos institucionalizada enfim, aquilo que uma dada sociedade considera digno de integrar o currículo. Portanto, é possível argumentar que, ainda que as agentes do ensino possam ser mulheres, elas se ocupam de um universo marcadamente masculino não apenas porque as diferentes disciplinas escolares se construíram pela ótica dos homens, mas porque a seleção, a produção e a transmissão dos conhecimentos (os programas, os livros, as estatísticas, os mapas; as questões, as hipóteses e os métodos de investigação “científicos” e válidos; a linguagem e a forma de apresentação dos saberes) são masculinos. (LOURO, 1997, p. 89)

Assim, precisamos abordar essas questões pedagógicas com uma ética que mude a escola, que as professoras possam inverter essa subordinação e posição desigual das mulheres em relação aos homens. Para isso, será preciso que haja um conjunto de estratégias, procedimentos e disposições que rompa com essa hierarquia masculina na sala de aula. A voz dos professores e professoras será substituída por “múltiplas vozes, ou melhor, por diálogos, no qual todos/as são igualmente falantes e ouvintes, todas/dos são capazes de expressar (distintos) saberes” (LOURO, 1997, p. 113).

Louro apresenta a sua visão sobre o papel da escola na produção e reprodução das desigualdades de gênero. Ela afirma que:

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. (...). Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas. (...) Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição. Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explícita ou implicitamente, “garantir” e também produzir as diferenças entre os sujeitos. (LOURO, 1997, p. 122, 123)

Foi dessa forma, então, e com essas conceituações, que chegamos a uma escola sexista, onde tudo é separado, desde a fila para a entrada na sala, a hora da brincadeira, a atividade física. Precisamos mudar urgentemente essa visão sexista. Precisamos de uma educação que produza a igualdade de gênero desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como pergunta norteadora analisar as questões de gênero encontradas nos livros didáticos dos anos iniciais.

A partir do levantamento realizado foi possível verificar que as questões de gênero se fizeram presentes nos livros didáticos analisados e que estas questões podem influenciar nas opiniões, atitudes e comportamentos das crianças ao longo de sua vida escolar e, possivelmente, durante todo o resto da sua vida. Essa influência é majoritariamente negativa, pois através dela podemos ter as discriminações, a intolerância e a falta de respeito com o próximo devido ao fato de como essa pessoa é. Também podemos estar disseminando a ideia de que a mulher, ainda nos dias de hoje, é submissa e oprimida pelo homem, que os homens ainda são superiores em tudo, seja na sociedade, seja na escola ou em uma simples representação num livro didático. E que, infelizmente, os livros didáticos, na sua grande maioria, ainda são sexistas, ainda fazem distinções entre homens e mulheres e mostram uma realidade antiquada e retrógrada em que a mulher é, mesmo nos dias de hoje, menos que o homem.

A partir desta avaliação, é possível concluir, portanto, que as escolas, mesmo sem apoio da BNCC, precisam educar para a igualdade de gênero. Para isso, é necessário formação para toda a comunidade escolar. Métodos de como trabalhar as questões de gênero em sala de aula, debates temáticos, filmes, brincadeiras e atividades físicas são alguns elementos que podem auxiliar o debate acadêmico do tema. Sempre esclarecendo para as crianças que podemos, sim, fazer tudo o que quisermos, sermos quem quisermos e que não existe coisas de menina e coisas de menino. E que ninguém é submisso a ninguém e que devemos ter respeito ao próximo, independentemente da forma que a pessoa pense, aja e seja.

Percebo, mesmo com a minha pouca experiência em sala de aula, que o assunto gênero ainda é um tabu nas escolas. E que nem os professores e as professoras mais antigas e nem os recém-formados têm essa preparação para ter uma discussão sobre essas demandas. A universidade ainda deixa a desejar em relação a esse assunto. São pouquíssimas, senão raras, as disciplinas que trabalham o tema. Sabe-se que, recentemente, foram incluídos itens curriculares sobre o tema como disciplinas nos currículos, por recomendação da resolução 02/2015. Dessa forma, abre-se um pequeno espaço na formação docente sobre este tema tão caro para a educação. Assim, a Escola precisa refletir sobre a reprodução do sexismo no espaço escolar. Buscar uma educação não sexista é construir cidadania plena para todas as pessoas. E isso é tarefa da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Assembléia Geral das Nações Unidas. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**. 1979. Acesso em 11 dez. 2018. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>>.

COLLING, A. M. Gênero e cultura: questões contemporâneas. **Porto Alegre: EDIPUCRS**, 2004.

DICIO - Dicionário Online de Português. 2018. Acesso em 11 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/genero/>>.

DICIONARIO infopédia da Língua Portuguesa. Porto Editora, 2018. Acesso em 11 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/genero>>.

FERREIRA, A. B. de O. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. [S.l.]: Editora Positivo, 2010.

FINCO, D. F. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Pro-posições**, v. 14, n. 3, p. 89–101, 2003.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação. **Petrópolis: vozes**, p. 20, 1997.

PEREIRA, C. M. V. Os parâmetros curriculares nacionais: mudanças na educação. **Revista Conecta**, n. 1, 2000.

Redação Mundo Estranho. **Como surgiu o balé?** Editora Abril, 2018. Acesso em 11 dez. 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-surgiu-o-bale/>>.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: **Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila**. [S.l.]: SOS Corpo, 1995.